



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
A imprensa paraibana e a propaganda neoliberal			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Janaina da Silva Bezerra	Universidade Federal Fluminense	UFF	Mestranda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O trabalho se preocupa em analisar o neoliberalismo e suas implicações na relação entre Estado e sociedade, em especial a privatização de empresas públicas. Para alcançar tal intento, analisa especificamente a atuação da imprensa, e a propaganda levada a frente por esta na defesa do projeto neoliberal. O caso estudado no artigo é o da privatização da Sociedade de Eletrificação da Paraíba (SAELPA) no ano de 2000, e a cobertura que tal evento teve pela jornal Correio da Paraíba.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Neoliberalismo; privatização; imprensa			
ABSTRACT			
<p>The work is concerned with analyzing neoliberalism and its implications on the relationship between state and society, in particular the privatization of state-owned company. To achieve this aim, looks specifically at the role of the press and propaganda carried forward by this defense of the neoliberal project. The case studied in the article is the privatization of the Company Electrification of Paraíba (SAELPA) in 2000, and coverage that this event was the newspaper Correio da Paraíba.</p>			
KEYWORDS			
Neoliberalism; privatization; press			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

A imprensa paraibana e a propaganda neoliberal

Abordaremos neste trabalho a maneira como a grande imprensa paraibana atuou no processo de privatização da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (SAELPA), principal empresa de fornecimento de eletricidade do estado da Paraíba, privatizada no ano de 2000. Mas antes que iniciemos nossa avaliação, alguns esclarecimentos no tocantes as fontes utilizadas e a forma como foram abordadas se fazem necessários.

Nosso trabalho se baseia no jornal Correio da Paraíba, que é um jornal privado e também o de maior circulação no estado. Sendo que seria impossível trabalharmos com todos os jornais que circulam no estado, optamos por nos ater aquele que, por ter o maior número de vendas, cumpre papel central na divulgação de informações e formação de opiniões.

Outra questão é a escolha do jornal impresso como fonte. Embora tenhamos consciência que na história recente do Brasil outros meios de comunicação de massa tenham ganhado importância e centralidade, como a televisão e o rádio, ainda assim, o jornal impresso continua sendo um importante meio de divulgação de ideias e informações. Ademais, o jornal Correio faz parte de um conglomerado de comunicação que inclui emissora de televisão e rádio, dessa maneira, mesmo com diferenças que se possa encontrar em cada um dos meios em questão, existe uma linha editorial seguida pelo conjunto da empresa.

Por fim, mas não menos importante, o Sistema Correio tem uma ligação privilegiada com o poder econômico e político na Paraíba. O dono da empresa, Roberto Cavalcanti, é atual senador da república, embora não tenha sido eleito diretamente. Cavalcanti era o primeiro suplente de José Maranhão, e quando este saiu do cargo para assumir o governo do estado da Paraíba em 2009 (Maranhão conseguiu na justiça tirar Cássio do governo e assumir em seu lugar), tornou-se o titular. Todo esse processo de suplências, cassações e limares na justiça constitui uma verdadeira engenharia política, mas que não cabe no escopo desse trabalho.

No tocante ao material analisado, pesquisamos os exemplares do ano de 2000, ano no qual a venda da SAELPA de fato aconteceu. Sendo que de todo o ano, apenas 27 exemplares ficaram de fora, pois o Arquivo Público da Paraíba, local onde realizamos a pesquisa, por algum motivo não tinha esses exemplares em seu acervo. Na pesquisa nos jornais adotamos o seguinte critério: analisamos todas as matérias e publicações que falassem sobre a SAELPA, sobre empresas estatais (mesmo as federais ou de outros estados), sobre o tema do neoliberalismo, ex empresas estatais (as

de telefonia são a que aparecem em maior número) e, esparsamente, algum outro tema que resvalasse de alguma maneira no nosso objeto de estudo.

Esclarecidos esses pontos, que, acredito contribuam na compreensão do nosso trabalho, passemos agora a análise que nos propusemos de fato.

No exame das matérias sobre empresas estatais, fossem elas estaduais ou nacionais, é possível perceber o tom crítico e pessimista com o qual o Correio sempre as descreve. E isso ocorre de diferentes formas. A forma mais explícita é a que as empresas estatais são diretamente criticadas por sua natureza estatal, se posicionando abertamente em defesa do mercado e do capital. O jornal, recorrentemente, utiliza do consenso privatista e neoliberal que tentou-se implantar pelos meios de comunicação nos anos 1990 no Brasil, no qual no mundo globalizado o papel do Estado definitivamente mudou e as empresas estatais, burocráticas e dispendiosas, devem extinguir-se enquanto tal, pois, perderam seu papel na economia.

Um bom exemplo do que relatamos, é o que o Correio reproduz a coluna diária de Joelmir Beting, conhecido jornalista da área econômica que trabalhou na “Folha de São Paulo” e no “O Estado de São Paulo” e notório defensor de medidas de liberalização e desregulamentação da economia. No entanto, a defesa conceitual e teórica das práticas neoliberais é o recurso menos utilizado pelo jornal. O expediente mais largamente utilizado, e ao que me parece, o mais eficiente é a defesa velada, ou a que se apresenta em matérias que não tem diretamente relação com o debate político e econômico.

O contraponto a essas posições aparecem em quantidade muito inferior, e no geral, são encontrados em colunas de menor expressão ou que não denotam a posição oficial do Correio, como a parte destinada as crônicas ou na seção destinada aos leitores que enviam textos ao jornal para serem publicados. Mas que constituem-se sempre em espaços de menor importância, pois representam opiniões não profissionais, ou apenas desabafos individuais.

A expressão mais significativa dessa tática que recorre ao discurso velado são as incontáveis matérias que denunciam os problemas técnicos e na prestação de serviços das estatais. Esse tipo de matéria aparece com impressionante frequência. Os problemas no abastecimento de água garantido pela CAGEPA, a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, as reclamações da população pela falta de água, principalmente nas cidades do interior e do sertão do estado, a má qualidade da água fornecida em algumas localidades, tudo isso é permanentemente exposto no jornal.

A SAELPA e seus serviços também são alvo de matérias. As constantes quedas de energia, demora na resolução dos problemas, trabalhos mal feitos estão sempre presente nas páginas do jornal. Citaremos alguns exemplos ilustrativos.

Na edição do dia 30/07/2000 o jornal traz uma matéria com o seguinte título “**Curto circuito apavora moradores no Bessa**”, o texto da matéria narra que “*moradores do edifício Village Portal, no bairro do Bessa, acordaram ontem de manhã assustados*”, além disso, tiveram prejuízo com a queima de eletrodomésticos. A matéria ressalta ainda que esta é a terceira vez que isso acontece e que nas vezes anteriores os moradores não tiveram seus prejuízos ressarcidos pela SAELPA. Os adjetivos “apavora” e “assustados” utilizados nos trechos que acima transcrevemos, para além de denotarem o sensacionalismo característico da imprensa paraibana, demonstram a forma narrativa característica para os problemas das empresas públicas.

Outro exemplo de matéria desse tipo envolvendo a SAELPA é encontrado na edição de 22/11/2000 (quando faltava pouco menos de 10 dias para o leilão da empresa), na qual um box aparece sob o título de “**Moradores reclamam do serviço da SAELPA**”. No corpo da matéria, relatos sobre quedas de energia que provocaram prejuízos aos moradores, com destaque para o incêndio que ocorreu recentemente em uma casa também em decorrência de um curto circuito. Junto com o texto, encontra-se a foto de uma mulher em meio aos destroços de uma casa com a seguinte legenda: “Curto circuito destrói casa em Cajazeiras”.

Um terceiro tipo encontrado é de matérias que denunciam a corrupção nas estatais, o alvo preferido desse gênero é a PETROBRÁS que, volta e meia, aparece em manchetes que especulam sobre ligações, para fim de corrupção, do alto escalão administrativo da empresa com ministros e políticos no geral.

Longe de nós querermos afirmar que a imprensa não deve cobrir as reclamações e problemas que a população enfrenta com os serviços públicos, ou se declarar sobre os casos de corrupção existentes nas estatais, é sim necessário que denúncias desse tipo sejam feitas. No entanto, é fundamental perceber que tais denúncias raramente são direcionadas contra a má prestação de serviço por parte das empresas privadas, ou contra os esquemas de corrupção impetrados por elas, portanto, as denúncias do Correio são seletivas e tem alvo específico: a credibilidade das empresas públicas.

Ao contrário, quando trata dos problemas das empresas privadas, o tom é sempre mais brando e pontual. Vejamos a edição de 11/05/2000 quando é relatado o aumento do número de queixas contra empresas telefônicas, o título do box é “**Curadoria registra mais queixas contra**

telefônicas”, como se percebe, não existe nenhum adjetivo que cause impacto no anúncio da matéria, o que, por si só, já demonstra que não é intenção do jornal chamar atenção sobre a mesma. No decorrer do texto, a falta de severidade contra o setor privado se apresenta de maneira aberta quando encontramos a seguinte afirmação “*O número de queixas contra as companhias telefônicas dobrou desde que estas foram privatizadas, segundo diz o consumidor [provavelmente o termo correto seria curador e não consumidor], Márcio Teixeira. Ele disse que muitos consumidores conseguem bons resultados em suas coisas, mas só depois de muitas disputas. Márcio afirmou que a curadoria não possui estatísticas sobre a quantidade de reclamações contra as operadoras de telefonia, mas garante que elas são muitas*”. Portanto, mesmo quando o número de queixas aumenta, os consumidores conseguem, ao final, resolver os seus problemas. Afirmação que, pelo histórico de reclamações nas companhias telefônicas publicamente reconhecido e divulgado, é totalmente irreal.

De fato, o Correio demonstra complacência com o setor privado. Matérias sobre outros serviços importantes prestados por empresas privadas como o transporte público nas grandes cidades, simplesmente não aparecem no jornal durante o período pesquisado. Mas o jornal vai além, mesmo reconhecendo o crescente aumento de reclamações e problemas com as empresas telefônicas pós privatização, visto que era impossível não noticiar algo que tinha proporções tão significativas¹, ele não deixa de fazer propagandas das maravilhas que a telefonia privada trouxe para o cotidiano dos paraibanos. O setor de telefonia era constantemente elogiado, num trabalho sistemático de comprovação do acerto que foi transferi-lo ao setor privado.

Um exemplo do que foi acima afirmado é a matéria encontrada no dia 18/11/2000 intitulada “**Pacotes podem reduzir conta mensal do celular**”. No texto o leitor é instado a conhecer os variados pacotes que as empresas oferecem para celular e as vantagens advindas de tais pacotes, principalmente no que diz respeito à possibilidade de diminuição das tarifas. A matéria afirma que várias empresas oferecem essas vantagens, basta informar-se e procurar o pacote mais conveniente. Chegando mesmo a citar o pacote de uma empresa específica: “*Um dos maiores descontos, por exemplo, está na tarifa do Plano Azul da BCP Telecomunicações. Por esse sistema, com R\$50,00 é possível desfrutar do celular com 50 minutos de franquia*”. Aqui o uso de termos qualificativos serve para criar uma sensação positiva em relação ao serviço (ao contrário do que ocorre com as empresas estatais), já que o verbo “desfrutar” utilizado para se referir ao celular recorre à ideia de atividade que lhe causa prazer.

¹ O jornal noticiou no dia 17/05/2000 debates na Assembleia Legislativa da Paraíba sobre aumentos abusivos nas tarifas telefônicas. Posteriormente, foi também registrada a contestação por parte da ALPB dos valores das contas telefônicas da casa.

No entanto, ao passo que encontramos inúmeras materiais que desqualificam o serviço público, embora na maioria das vezes essa desqualificação não se dê diretamente, deparamo-nos com um número significativo de textos que apresentam os fantásticos números dos lucros de empresas públicas. No dia 13/07/2000 o Correio traz uma matéria de destaque com o seguinte título **“Paraiban² tem lucro de R\$ 4,6 milhões: balanço do banco no primeiro semestre revela crescimento de 20% em relação a 99”**. No corpo da matéria, a reestruturação do banco, seus índices de produtividade, a solidez dos seus ativos são exaltados. No entanto, o seu caráter público só aparece para lembrar que o melhor caminho para a continuidade de sua saúde e desenvolvimento é a sua privatização. Em matéria do dia seguinte, 14/07/00, é transcrita a seguinte declaração do governador José Maranhão *“Nós acreditamos que a até o fim do ano essa privatização acontecerá. Vamos vender para salvar o nosso banco”*.

Muitas matérias sobre a lucratividade e produtividade da SAELPA também foram publicadas, embora confrontadas com outras que demonstravam vultuosas dívidas da empresa e queda nos seus lucros. Esse choque de informações, apesar de contraditório, não demonstra nenhum tipo de crise da linha editorial do jornal. Mas sim a adaptação do enfoque a depender do objetivo desejado. Se a intenção é elogiar a gestão de José Maranhão (governador da Paraíba entre os anos de 1998 e 2002) e a sua capacidade administrativa, as empresas estaduais encontram-se num bom momento, se é para desqualificá-las facilitando a aceitação de suas vendas, elas são fardos pesados dos quais o estado precisa se livrar. De maneira que, mesmo quando as matérias apresentam as empresas sob um ponto de vista positivo, a necessidade de sua privatização, por algum exercício espetacular de lógica, é mantida. O futuro privado de tais empresas em momento algum é questionado.

Trataremos agora da cobertura que o Correio realizou sobre o processo de privatização da SAELPA. Por tudo o que já dissemos, é fácil entender que o jornal se posicionou o tempo todo a favor da venda da empresa, e para isso utilizou-se dos mais variados expedientes.

O primeiro deles foi tratar a venda como algo inevitável e natural. A cobertura sobre os avanços e retrocessos pelos quais a venda da empresa passou foram narrados de forma impassível, as ações na justiça que questionavam a venda, as críticas dos trabalhadores da empresa e as denúncias de que o preço mínimo tinha subestimado o patrimônio da empresa foram narrados com a mais absoluta formalidade. No entanto, quando o assunto era a data e o resultado do leilão, esse tom formal desaparecia, e ocupava o seu lugar um certo entusiasmo. Na edição de 25/08/2000, encontramos um pequeno box, caracterizado por ter várias notícias curtas, no qual uma delas se

² Paraiban era o banco estadual pertencente à Paraíba. Foi leiloadado em 08/11/2011, cerca de um ano após a venda da SAELPA.

chama “**Jogando contra o leilão**”, na qual a atuação do sindicato contra a privatização é relatada. Mas como a própria frase deixa claro, o sindicato está “jogando contra”, dessa maneira, o jornal assume a postura de quem no jogo está do lado do leilão. Afinal, esse título poderia ser “*Lutando contra o leilão*” ou “*Barrando a privatização*”, mas a escolher pela construção sintática da frase, deixa bem claro o que de fato o Correio defende.

Em outros momentos, a possibilidade de compra da SAELPA pela Cataguazes Leopoldina, grupo que já havia adquirido a CELB³, era descrita quase com alegria. Como na edição de 05/10/2000, na qual encontramos o seguinte trecho: “*A Leopoldinense Cataguazes, que adquiriu a CELB, entrou com tudo na disputa para adquirir a Saelpa. Se comprar a Saelpa, em novembro a empresa vai assumir toda a distribuição de energia na Paraíba.*” (Grifo nosso)

Noutras situações, o recurso da intimidação caso a empresa não fosse vendida também utilizado. No jornal de 15/06/2000, insinuasse que a concretização da transposição do rio São Francisco, está condicionada a venda da SAELPA. Segundo a matéria, o governo federal esperava que a empresa fosse logo vendida, para que os recursos de sua venda complementassem os recursos para a transposição. Num estado onde a falta de água é um problema concreto de parcelas significativas da população, uma insinuação desse tipo possui muita gravidade.

Fato interessante de se destacar, na edição de 13/07/2000 o Correio tem a desfaçatez de afirmar que a venda da SAELPA ocorrerá somente após as eleições municipais do ano, para que nenhum candidato seja obrigado a arcar com o ônus da privatização durante a campanha. Reconhecendo, portanto, a impopularidade que tal medida poderia ter, em 2000 o projeto neoliberal da década passada já apresentava sérios desgastes, embora continuasse a ser implementado, mesmo que num ritmo mais lento. Esse enfraquecimento tornou-se visível com a perda do governo federal pela PSDB, e a eleição de Lula em 2002.

Por último, a narrativa construída pelo jornal em torno dos últimos momentos antes da venda da empresa e do leilão propriamente dito é feita em clima de “contagem regressiva” como algumas chamadas do próprio Correio se intitulam. Com números, dados e especulações sobre o valor que seria arrecadado, a possibilidade de ágio, qual empresa seria a vencedora. Além disso, declarações a favor da privatização por parte de figuras importantes ganham destaque, como é o

³ A CELB era a Companhia Energética da Borborema, empresa que fornecia eletricidade a Campina Grande e algumas poucas cidades do seu entorno. Pertencia a prefeitura de Campina e foi privatizada cerca de um ano antes da SAELPA. Sua origem tem relação com as disputas políticas e econômicas das frações da classe dominantes localizadas em Campina, que sempre mantiveram certa independência em relação aos grupos do restante do estado, em especial da capital. Dessa maneira, criaram empresa energética própria, universidades próprias (a Universidade Estadual da Paraíba originou-se em Campina), um parque industrial e tecnológico próprio – e em algumas áreas superior ao da capital -, dentre outras coisas.

caso da edição do dia 27/11/00, quando o presidente da Federação da Indústria da Paraíba e o presidente do Sindicato das Empresas de Construção Civil da Paraíba, dão declarações defendendo a privatização da SAELPA e apresentando os benefícios que tal fato trará ao estado.

Embora apareçam algumas matérias que noticiem ações contrárias à privatização, em especial sobre as ações judiciais movidas pelo sindicato, deputados do PT e algumas outras pessoas e instituições – segundo o jornal era 36 pedidos de liminares impetrados - , a orientação geral do jornal é apresentar o andamento da privatização.

Um dia após o leilão, uma longa entrevista do governador José Maranhão é reproduzida, na qual o governador comemora a vitória que foi o leilão e fala sobre os investimentos que serão feitos com os recursos arrecadados. Ao mesmo tempo, uma matéria que se refere ao SINDELETRIC, de extensão bem reduzida, destaca que o sindicato se diz “constrangido” pela venda da empresa, mas que a partir de agora, a única coisa a ser feita é mostrar à nova empresa o potencial que os funcionários tem.

Por tudo o que dissemos acima, é fácil compreender que o papel que o Correio cumpriu enquanto jornal foi o de popularizar informações e ideias que coadunavam com a política de privatização posta em prática no período. E que esse papel, se não foi determinante, foi de grande importância para criar um clima favorável a tal política.

Embora fora do aparelho estatal, a mídia corporativa participa ativamente da direção política implementada por este. E no mosaico de uma sociedade de classe, embora tenha interesses particulares, estes se alinham aos interesses gerais de determinados setores. No caso do projeto privatista, a função auxiliar realizada pelos grandes meios de comunicação no avanço do mesmo foi de fundamental importância para o seu sucesso.

Bibliografia

AREAS, João. Batalhas de *O Globo* (1989-2002). Niterói: UFF. 2012. (Tese de doutorado)

BÉRZIN, Ivan. A desnacionalização do setor elétrico brasileiro nos anos 1990. Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia/MG. 2004

GENTILI, P.; SADER, E. Pós Neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático. Paz e Terra. São Paulo. 1995

GRACIOLLI, José Edilson. Privatização da CSN – da luta de classes a parceria. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2007

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo. Edições Loyola. 2008.

HAYEK, F.A. O caminho da servidão. São Paulo. Instituto Ludwig Von Mises Brasil. 2010.

LORENZO, Helena Carvalho de. O setor elétrico brasileiro: passado e futuro. In: *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, Vol. 24/25. 2001/2002.

OLIVEIRA, Mauro Machado de Oliveira. Consequências da privatização do setor elétrico brasileiro. In: *Seminário nacional sobre energia*. UFRJ. Rio de Janeiro. 2006.

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. A privatização do setor elétrico brasileiro: o caso da Paraíba. In *Revista Espaço Acadêmico* Nº 119. Abril de 2011

Periódicos

Jornal “Correio da Paraíba” – ano 2000